



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2023 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 170/2023

Lisboa 2024

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 2 do artigo 13.º, da Subsecção II do Decreto-Lei n.º 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção referentes ao ano 2023.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que aconteceram ao longo do ano 2023, nesta Instituição, mostrando também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2023.

Seguidamente apresenta-se de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2023.

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

O exercício de 2023 permitiu o regresso da actividade do Refúgio Aboim Ascensão à normalidade existente até 2020.

Finalmente foi possível a reactivação de diversos projectos, nas diferentes áreas desta Casa de Acolhimento de Emergência Infantil e a concretização integral do plano anual de actividades pedagógicas das nossas Crianças.

Em termos organizativos, no final do primeiro semestre do ano, procedeu-se a uma actualização do Regulamento Interno e do Organigrama funcional decorrente do facto do Dr. Luís Vilas-Boas, Director Institucional e Técnico até 3 de Junho de 2023, ter cessado funções. A Dra. Carla Pargana, Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro, assumiu a Direcção Executiva e a Dra. Manuela Rosa e Silva, Chefe do Departamento Psicopedagógico e Terapêutico, a Direcção Técnica. Ambas acumularam as funções anteriores e as actuais. O Dr. Luís-Vilas foi convidado para o cargo de Consultor Principal do Refúgio Aboim Ascensão.

A matriz do trabalho desenvolvido no acolhimento da Criança em risco/perigo de baixa idade (Emergência Infantil) foi mantido apesar das alterações legislativas e normativas ocorridas. Mantém-se a defesa da Protecção da Criança, do seu Direito à Família e à materialização do seu Projecto de Vida.

1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira

1) Cooperação com o Estado

Ao nível dos Acordos foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente. Para tal, contamos com a sempre positiva e pronta disponibilidade de todos os intervenientes, fruto da consolidada cooperação existente e dos efectivos resultados obtidos e, por todos, reconhecidos.

2 - Fundraising

Durante o exercício de 2023 foi possível reactivar alguns dos eventos organizados pelos nossos Mecenas, determinantes para a continuidade da actividade desenvolvida pelo Refúgio Aboim Ascensão.

A multiplicação dos contactos foi ainda mais intensa, novos Mecenas foram conseguidos e foi possível a manutenção dos apoios existentes.

Continuamos a salientar o suporte determinante da Sociedade Civil através dos donativos e consignação de IRS, que muito nos honra e responsabiliza mas também nos concede o ânimo necessário para a continuidade deste trabalho, apesar da situação adversa existente.

2. Jurídica e Regulamentar

Quatro grandes vertentes:

- a. **Direito das Crianças:** acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.
- b. **Recursos Humanos:** Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.
- c. **Gestão corrente:** Apoio técnico ao nível das questões relacionados com a gestão do património da Associação, assim como com a gestão dos processos de aquisição de novo património decorrente da atividade de mecenas e apoiantes da causa do RAA.
- d. **Gestão associativa:** Apoio técnico ao nível da elaboração de toda a documentação legal necessária para a prossecução da atividade do RAA.

3. Médica

Num enquadramento tão específico como é o do acolhimento de Crianças de muito baixa idade, com todos os seus antecedentes pessoais e familiares e ainda as patologias que tantas vezes lhes estão associadas, existem dificuldades acrescidas na área médica. De todo o modo, e mantendo a protecção total das nossas Crianças, foi possível o continuado apoio médico especializado, em todas as vertentes, mantendo-se as deslocações necessárias e com a frequência adequada a consultas nas mais diversas especialidades na região do Algarve e, ainda em maior número, fora dela.

JSL
LVB
M
LWJSC
R

Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA treze (13) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico manteve-se inalterado durante todo o ano de 2023.

4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2023. A tipologia das crianças acolhidas requer esforços suplementares nesta actividade. Apesar dos condicionalismos relacionados com a Pandemia mais ou menos restritivos, ao nível dos Tribunais, foi possível manter o correlato jurídico das decisões em Tribunal e que continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeuta, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de 11 (onze) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

5. Social

No ano de 2023 foram integradas nas suas famílias biológicas e adoptivas vinte e cinco (25) Crianças.

Como do antecedente demos continuidade, e com os meios disponíveis:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;

- Ao acompanhamento de oito (8) Crianças no período de vinculação observada para a adopção.

6. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – Frequentaram oito (8) Crianças
- Ensino Básico (3º ciclo) – Frequentou uma (1) Criança

Proseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear. Foram desenvolvidas actividades para que as crianças pudessem ter usufruído de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados.

b. Proseguiu a colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional, preferencialmente à distância, com a utilização dos meios informáticos disponíveis

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu, através das plataformas informáticas disponíveis e, presencialmente, sempre que se considerou adequado e seguro.

7. Voluntariado

A Actividade de Voluntariado durante o ano lectivo decorre ao fim-de-semana ou em períodos em que haja necessidade. No Verão, tanto na Instituição como na Colonia, organiza-se por quinzenas.

Prévio ao início do Voluntariado é realizada uma acção de formação e efectuada reunião para explicar aos voluntários todos os procedimentos inerentes à actividade. Posteriormente segue-se visita com o grupo de voluntários, com o objectivo de mostrar as instalações, dar a conhecer o trabalho desenvolvido na Instituição, de apresentar os voluntários aos funcionários e efectivar-se o acolhimento dos mesmos no ambiente Institucional.

Em 2023, à semelhança do ano de 2022, o voluntariado decorreu em actividades de caracter especifico e em áreas direccionadas para a dinamização de actividades lúdicas/pedagógicas estruturadas, decorrendo de forma pontual ou periódica, com o objectivo de trabalhar a organização e a estabilidade das Crianças acolhidas.

Nomeadamente, foram realizadas peças de teatro, actividades de expressão plástica, ateliers diversificados, actividades desportivas, dinamização/contagem de Histórias, entre outras. Estas actividades foram retomando a bom ritmo.

O apoio Voluntário externo, na área da Medicina, de Médicos especialistas nas áreas da Dermatologia, Oftalmologia e Estomatologia, continuou a decorrer, como habitualmente.

8. Visitas/Eventos

Destacamos algumas acontecimentos.

FEVEREIRO

28 – Visita ao Roadshow do Aeroporto de Faro, no âmbito de entrega de donativo da Ryanair/ Brandforce.

MARCO

09 - Jantar Anual, de Beneficência, organizado pelo Famoso Comediante e, Amigo, Britânico Mr. Jimmy Tarbuck, na Quinta do Lago, em Almancil.

JSC LIB
BJSZ
MS

11- Visita de Gram Still e esposa, no âmbito da entrega do donativo angariado com o Jantar Anual do Famoso Comediante e Amigo, Mr. Jimmy Tarbuck.

23- Visita da D. Edite Gois, Directora do Hotel & Environment Manager - Club Med da Balaia, e membros da Direcção do Club Med. No âmbito de parceria desta Instituição com o Resort, tendo como objectivos proporcionar dias especiais às crianças acolhidas.

ABRIL

20 – Presença da Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana, na Cerimónia de Entrega dos Donativos relativos aos Pontos MEO, realizada na sede da Altice, em Lisboa. No âmbito do programa MEOS, que resultou em mais de 285 mil euros doados a Instituições de Solidariedade Social.

MAIO

23 – Visita da Dr.ª Paula Medeiros, responsável Regional pelo CNAIM Algarve - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, com grupo de Presidentes de Câmara de vários distritos da Polónia, no âmbito de formação, do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes.

24 -Participação no lançamento do Livro: “Perturbar para Compreender - Uma história possível do externato as descobertas”. Dos autores: Deonilde Maria Morais e João Rangel de Lima, no âmbito dos 50 anos de “As Descobertas”. Cujos direitos de autor revertem a favor do Refúgio Aboim Ascensão. Realizado no Externato “As Descobertas”, em Lisboa.

JUNHO

01 – Visita da BP – Portugal, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança e, da Cerimónia de Assinatura do Protocolo Anual de fornecimento de combustível para toda a frota do Refúgio Aboim Ascensão. A Cerimónia contou com a presença da Dr.ª Sílvia Barata, Presidente da BP- Portugal. Estiveram, também, presentes, o ex-presidente da BP que deu início a esta colaboração, Dr. Fernando Mota Cardoso, actual Presidente da Fundação BP e, várias entidade oficiais regionais e locais e, amigos da Instituição.

22 – Acção de Responsabilidade Social Corporativa: “ Ver Bem Para Aprender Melhor”, realizada pela MultiOpticas na Instituição. Neste âmbito, foram realizados rastreios visuais junto das Crianças acolhidas e oferecidos óculos graduados às crianças que revelaram perda de visão. Após a acção foi oferecido um lanche especial a todas as Crianças e a todos os envolvidos nesta iniciativa. Este evento contou com a participação especial do CEO da MultiOpticas, Rui Borges e, ainda, de Ana Portugal, Head of Corporate Social Responsibility da MultiOpticas.

23 e 24 – “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XVIII”- Gala Diner, In Aid of Refúgio Aboim Ascensão. Este ano com o tema: Bobby `90. Realizado no Hotel Pestana Vila Sol e Clube de Golf. Neste âmbito foi realizada, no dia 24, visita às Instalações da Instituição por grupo de amigos da Família Bobby Robson. Realizou-se, também, neste âmbito, no dia 23, à tarde, a Tea Party, dirigida às Crianças da Instituição, com lanche, jogos e variadíssimos divertimentos.

JULHO

28 – Visita de grupo de jovens peregrinos oriundos do Canadá, no âmbito dos Dias da Diocese, um encontro de jovens, vindos de todo o mundo, que decorreu em várias cidades do País, incluindo a cidade de Faro, de 26 a 31 de Julho. Com objectivo de conhecerem melhor a nossa região, as pessoas que os acolheram, mas que também pudessem realizar acções de Voluntariado e conhecer um pouco da nossa cultura. No âmbito da preparação para as Jornadas Mundiais da Juventude, que decorreram de 31 a 06 de Agosto, em Lisboa, na presença do Papa Francisco. Conheceram as Instalações, o Modelo de trabalho da Instituição e, realizaram actividades musicais para as crianças.

SETEMBRO

28- Participação da Directora Técnica, Dr.ª Manuela Silva, na Inauguração de “Plug-in”, Exposição Individual da Artista Plástica Joana Vasconcelos, que reúne obras inéditas e, algumas peças icónicas e ainda obras da colecção de arte da Fundação EDP, nos edifícios MAAT Gallery Central, em Lisboa. Artista que já apoiou a Instituição, com oferta de algumas das suas obras.

OUTUBRO

12- Cerimónia de Homenagem ao Dr. Luís Vilas-Boas, Ex-Director do Refugio Aboim Ascensão. Pelo seu importante papel na Protecção das Crianças em Rico/Perigo e na Defesa dos seus Direitos, nestes seus 38 anos ao serviço desta Instituição. Esteve presente a Direcção da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, várias entidades e individualidades locais e regionais, familiares, amigos, funcionários e, ex-funcionários da Instituição.

20 – Visita da Embaixadora Dr.ª Katia Gilaberte, do Consulado-Geral do Brasil, em Faro e membros desta entidade.

DEZEMBRO

01 – Cerimónia de Abertura das 3.000 Lâmpadas. Este ano presidiu à Cerimónia, mais uma vez o Dr. José Apolinário, Presidente da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento

Regional da Região do Algarve. Esteve, também, presente o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Cristóvão Norte, o Presidente da Câmara Municipal de Faro, Dr. Rogério Bacalhau, entre outras entidades (Directores e demais responsáveis Regionais de Organismos do Governo, como Comandantes das Forças de Ordem e Protecção e Segurança na Região Algarvia) e personalidades que apoiam o Refúgio e suas Crianças em Risco. Estiveram, também, presentes Mecenias e membros da Comunidade. As Lâmpadas de Natal estiveram ligadas até ao dia dos Reis, uma tradição que se cumpre todos os anos durante esta época.

09 – Apresentação do Livro Infantil: “Um Castelo Encantado em S. Pedro das Cabeças”, de autoria da Educadora da Instituição, Ana Colaço. Realizado na Biblioteca Municipal de Castro Verde. Cujos direitos de autor irão reverter para a Instituição.

12- Gravação do Programa Especial de Natal da Conectv, que se realizou nas instalações do IPDJ, em Faro. Com entrevista à Directora Executiva, Dr.ª Carla Pargana, e leilão de camisola do SC Farense, assinada por todos os jogadores, cujo valor reverteu para a Instituição.

13 – Visita da Dr.ª Katia Gilaberte, Embaixadora do Brasil e elementos do Consulado para entrega de brinquedos para o Natal das Crianças da Instituição.

16 – Desfile tradicional dos Pais Natal Motards, organizado pelo Moto Clube de Faro. O desfile tem um cariz solidário, com passagem obrigatória em algumas instituições, como é o caso do Refúgio Aboim Ascensão, onde normalmente são oferecidas prendas às crianças carenciadas.

Mecenato

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Manuel Farrajota Martins
- Sir Bobby Robson Golf Classic
- MEO - Altice
- Justina Monteiro Marques Antunes
- BP Portugal
- Maria Leontina dos Ramos Serrano
- Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA
- Second Chance

- Nestlé Portugal, SA
- Maria Graciete Fernandes Teixeira
- Laboratórios SARBEC

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro permitem que as crianças, com idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto a possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

Horta do Canto

- **Arrendamento**

Continua arrendada a parcela urbana deste imóvel, artigo matricial U-4633.

- **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

Imóvel Rua Ascensão Guimarães 1, Faro - Casa de Fresco

Após o terminarem as obras de recuperação e restauro, decorreram as obras de arranjos exteriores e especialidades, tendo ficado quase concluídas.

Assembleias Gerais

Em 2023 realizaram-se três Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 30 de Março de 2023, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2022; Refúgio

Aboim Ascensão: i) Apresentação da nova Direcção RAA – Directora Executiva e Directora Técnica; ii) Novo Cronograma RAA; iii) Novas Valências.

- Assembleia Ordinária realizada a 16 de Novembro de 2023, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2024; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2024; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2024;
- Assembleia Extraordinária realizada a 16 de Novembro de 2023, cuja ordem de trabalhos foi: Aprovação do Novo Regulamento Interno do Refúgio Aboim Ascensão.

Massa associativa

Em 2023 desistiu uma associada e foram admitidas duas novas associadas.

Contas da Direcção

O exercício de 2023 registou um regresso à normalidade anterior a 2020 em todas as áreas e vertentes da missão e actividade da Associação.

Os apoios do Estado foram mantidos apesar da continuada redução do número de Crianças acolhidas (movimento já iniciado em anos anteriores), decorrente de alterações legislativas e do paradigma vigente. Ainda como reflexo do novo enquadramento normativo, alguns rendimentos deixaram de ser considerados como tal.

De todo o modo, a generosidade e comprometimento da Sociedade Civil, Particulares e Empresas, continuam a registar níveis muito expressivos, o que nos permite encarar o futuro da Associação, do Refúgio e da Emergência Infantil de uma forma bastante positiva, não obstante a necessidade de reestruturação e redefinição futuras.

Expurgando da Demonstração de Resultados do exercício os montantes de rendimentos relacionados com a alienação de um apartamento (prontamente aplicado na aquisição de dois outros que já se encontram arrendados, conforme decisão da Assembleia Geral) e do recebimento de valores relacionados com um testamento, pelo seu carácter muito excepcional e imprevisível, ainda assim, o exercício de 2023 decorreu de forma muito favorável, melhorando o desempenho do ano transacto.

No que se refere aos Gastos, a inflação manteve níveis bastante acima do passado, particularmente no que concerne aos géneros alimentares (9,5%) e o salário mínimo nacional registou novo incremento (55,00€).

Apesar de despesas acrescidas relacionadas com a continuada recuperação do património da Associação, o controlo apertado de todas as rubricas da classe de Gastos permitiu o fecho do exercício de 2023 sem qualquer tipo de restrição.

A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, se saldou com um resultado positivo de 824.518,00 €.

A Direcção propõe que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2024

A Direcção

Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá



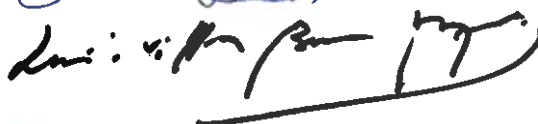
Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos



Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos



Cor. Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques



D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos





ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO
Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Associados,

1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas e Relatório de Gestão apresentados pela Direção da ASSOCIAÇÃO DA BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que evidenciam um resultado líquido positivo de 824.518 euros.
2. Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Associação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação contabilística. No âmbito das consequências legalmente estabelecidas considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.
3. No final do exercício analisámos o Relatório de Gestão, apresentado pela Direção tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Verificámos igualmente as contas que nos foram submetidas para emissão de parecer, as quais estão em conformidade com os princípios contabilísticos. Apreciamos também a Certificação Legal de Contas, que merece toda a nossa concordância.
5. Como resultado das ações de fiscalização exercidas, somos da opinião que as contas apresentadas, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e correspondente Anexo, refletem a situação económica e financeira da Associação à data que se reportam.
6. Nestas condições somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:
 - o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
 - a proposta de aplicação dos Resultados apresentados pela Direção.

Lisboa, 15 de março de 2024



Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos



Dr. António Luis Isidro de Pinho



Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro

JSC
LUB
bejse



Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de dezembro de 2023	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Período findo em 31 de dezembro de 2023	4
Demonstração de Fluxos de Caixa	5
Período findo em 31 de dezembro de 2023	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2023 e período 2022	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Propriedades de investimento	17
7. Ativos Intangíveis	17
8. Inventários	18
9. Rédito	18
10. Subsídios, doações e legados à exploração	19
11. Instrumentos financeiros	19
11.1. Investimentos financeiros	19
11.2. Estado e Outros Entes Públicos	20
11.3. Créditos a receber	20
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	21
11.5. Fornecedores	21
11.6. Outros passivos correntes	21
12. Gastos com pessoal	22
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
14. Outras Informações	22
14.1. Diferimentos	23
14.2. Fundos Patrimoniais	23
14.3. Fornecimentos e serviços externos	24
14.4. Outros rendimentos	26
14.5. Outros gastos	26
14.6. Acontecimentos após data de Balanço	26

JSC
LVA
KSA
KSA

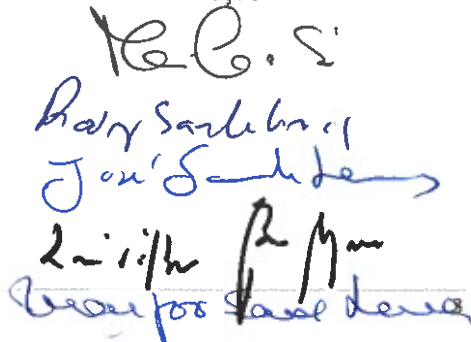
Balanço em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 115 098,12	1 573 002,63
Ativos intangíveis	7	-	-
Investimentos financeiros	11.1	8 485,81	9 491,79
Subtotal		<u>2 123 583,93</u>	<u>1 582 494,42</u>
Ativo corrente			
Inventários	8	-	223 603,80
Clientes	11.3	26 871,98	20 800,00
Créditos a receber	11.3	114 302,27	66 595,07
Estado e outros Entes Públicos	11.2	1 086,29	3 157,92
Diferimentos	14.1	285 661,24	27 101,69
Caixa e depósitos bancários	11.4	4 282 544,97	4 267 138,08
Subtotal		<u>4 710 466,75</u>	<u>4 608 396,56</u>
Total do Ativo		<u>6 834 050,68</u>	<u>6 190 890,98</u>
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.2	122 199,75	122 199,75
Reservas	14.2	287 432,29	287 432,29
Resultados transitados	14.2	4 533 647,87	3 742 553,82
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	704 069,39	834 859,85
Resultado Líquido do período		824 518,08	791 094,05
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>6 471 867,38</u>	<u>5 778 139,76</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	45 624,77	46 319,97
Estado e outros Entes Públicos	11.2	43 546,81	45 839,86
Diferimentos	14.1	19 964,82	83 529,72
Outros passivos correntes	11.6	253 046,90	237 061,67
Subtotal		<u>362 183,30</u>	<u>412 751,22</u>
Total do Passivo		<u>362 183,30</u>	<u>412 751,22</u>
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		<u>6 834 050,68</u>	<u>6 190 890,98</u>

O Contabilista Certificado



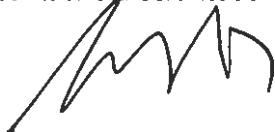
A Direção



Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2023

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	1 815 180,69	1 629 907,43
Subsídios, doações e legados à exploração	10	353 237,20	347 333,50
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	8	(238 543,84)	(227 546,14)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(500 053,80)	(436 281,68)
Gastos com o pessoal	12	(1 924 887,15)	(1 811 429,05)
Outros rendimentos	14.4	1 412 338,64	1 395 018,65
Outros gastos	14.5	(22 533,34)	(15 922,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		894 738,40	881 080,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(70 220,32)	(89 986,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		824 518,08	791 094,05
Resultados antes de impostos		824 518,08	791 094,05
Resultado líquido do período		824 518,08	791 094,05

O Contabilista Certificado



A Direção

Te. C. S.
 Pedro Santos
 João Santos

Lu. v. p. - [Signature]

Beatrix for Sociedade

Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Demonstração dos Fluxos De Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

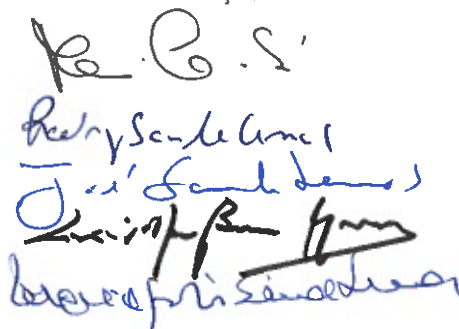
Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamento a fornecedores		(787 192,51)	(571 751,17)
Pagamentos ao pessoal		(1 297 420,31)	(1 300 470,54)
Caixa gerada pelas operações		(2 084 612,82)	(1 872 221,71)
Outros recebimentos/pagamentos		(749 297,78)	(552 426,42)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 833 910,60)	(2 424 648,13)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(513 881,84)	(44 169,36)
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		470 000,00	6 451,86
Investimentos financeiros		79 360,02	86 917,63
Juros e rendimentos similares		19 594,73	664,37
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		55 072,91	49 864,50
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		375 999,88	937 347,10
Outras operações de financiamento		2 418 244,70	2 319 300,17
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		2 794 244,58	3 256 647,27
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 406,89	881 863,64
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 267 138,08	3 385 274,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	4 282 544,97	4 267 138,08

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2023 e período 2022

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2023	6	122 199,75	287 432,29	3 742 553,82	834 819,85	791 094,05	5 778 139,76	5 778 139,76
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				791 094,05	(130 790,46)	(791 094,05)	(130 790,46)	(130 790,46)
	7			791 094,05	(130 790,46)	(791 094,05)	(130 790,46)	(130 790,46)
Resultado Líquido do Período	8					824 518,08	824 518,08	824 518,08
Resultado Integral	9+7+8					13 424,03	693 727,62	693 727,62
Operações com Instituidores no Período								
	10							
Posição no fim do ano 2023	6+7+8+10	122 199,75	287 432,29	4 533 647,87	704 069,39	824 518,08	6 471 867,38	6 471 867,38

Montantes expressos em Euros

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2022

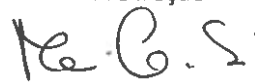
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2022	1	122 199,75	287 432,29	3 742 514,57	836 688,68	39,25	4 988 874,54	4 988 874,54
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				39,25	(1 828,83)	(39,25)	(1 828,83)	(1 828,83)
	2			39,25	(1 828,83)	(39,25)	(1 828,83)	(1 828,83)
Resultado Líquido do Período	3					791 094,05	791 094,05	791 094,05
Resultado Integral	4+2+3					791 054,80	789 265,22	789 265,22
Operações com Instituidores no Período								
	5							
Posição no fim do ano 2022	6+1+2+3+4	122 199,75	287 432,29	3 742 553,82	834 859,85	791 094,05	5 778 139,76	5 778 139,76

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Rodry Sampaio Gomes
 José Sampaio Gomes
 Luís Sampaio Gomes
 Maria Filipa Sampaio Gomes

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 11.6) e "Diferimentos" (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a

2

JSL
WB
12/12

alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

A

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “*Ativos Fixos Tangíveis*”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em curso*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

Clientes, utentes e outros créditos a receber

Os "Clientes e utentes" e os "Outros créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Handwritten signatures and initials: JSL, LB, and others.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

LUB
JTL
62/12

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

Handwritten signatures and initials:
LVB
JTC
WSS
M

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*"

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos, ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/ transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas ou estimativas contábilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2022, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

31 de dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições/Doações Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2023
Custo				
Terrenos e recursos naturais	458 689,21	129 802,10	(34 500,11)	553 991,20
Edifícios e outras construções	2 046 989,44	389 406,34	(103 500,34)	2 332 895,44
Equipamento básico	517 991,18	13 447,88	(5 445,65)	525 993,41
Equipamento de transporte	570 958,94	39 314,08	(33 393,98)	576 879,04
Equipamento administrativo	354 992,06		(4 281,19)	350 710,87
Outros Ativos fixos tangíveis	213 592,83			213 592,83
Obras em curso	-	171 445,86		171 445,86
Total	4 163 213,66	743 416,26	(181 121,27)	4 725 508,65
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(1 001 641,99)	(38 439,15)	6 900,00	(1 033 181,14)
Equipamento básico	(496 415,52)	(9 680,22)	5 445,65	(500 650,09)
Equipamento de transporte	(546 764,06)	(14 328,82)	33 393,98	(527 698,90)
Equipamento administrativo	(343 473,48)	(6 321,30)	4 281,19	(345 513,59)
Outros Ativos fixos tangíveis	(201 915,98)	(1 450,83)		(203 366,81)
Total	(2 590 211,03)	(70 220,32)	50 020,82	(2 610 410,53)
Total Líquido	1 573 002,63	673 195,94	(131 100,45)	2 115 098,12

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições/Doações Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2022
Custo				
Terrenos e recursos naturais	458 689,21			458 689,21
Edifícios e outras construções	2 046 989,44			2 046 989,44
Equipamento básico	514 027,53	3 963,65		517 991,18
Equipamento de transporte	568 094,81	22 750,52	(19 886,39)	570 958,94
Equipamento administrativo	351 977,96	8 341,18	(5 327,08)	354 992,06
Outros Ativos fixos tangíveis	205 555,43	8 037,40		213 592,83
Total	4 145 334,38	43 092,75	(25 213,47)	4 163 213,66
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(963 769,87)	(37 872,12)		(1 001 641,99)
Equipamento básico	(484 659,35)	(11 756,17)		(496 415,52)
Equipamento de transporte	(535 734,69)	(30 915,76)	19 886,39	(546 764,06)
Equipamento administrativo	(340 061,72)	(8 431,80)	5 020,04	(343 473,48)
Outros Ativos fixos tangíveis	(200 905,43)	(1 010,55)		(201 915,98)
Total	(2 525 131,06)	(89 986,40)	24 906,43	(2 590 211,03)
Total Líquido	1 620 203,32	(46 893,65)	(307,04)	1 573 002,63

6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2023 e 2022:

31 de dezembro de 2023		
	Saldo em 01-Jan-2023	Saldo em 31-Dez-2023
Custo		
Programas de Computador	11 409,94	11 409,94
Total	11 409,94	11 409,94
Depreciações acumuladas		
Programas de Computador	(11 409,94)	(11 409,94)
Total	(11 409,94)	(11 409,94)
Total Líquido	-	-

	Saldo em 01-Jan-2022	Saldo em 31-Dez-2022
Custo		
Programas de Computador	11 409,94	11 747,94
Total	11 409,94	11 409,94
Depreciações acumuladas		
Programas de Computador	(11 409,94)	(11 409,94)
Total	(11 409,94)	(11 409,94)
Total Líquido	-	-

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2022

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Venda	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	212 138,65	189 842,83	49 168,46	(227 546,14)	223 603,80
Total	212 138,65	189 842,83	49 168,46	(227 546,14)	223 603,80

31 de dezembro de 2023

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Venda	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	223 603,80	200 629,25	(185 689,21)	(238 543,84)	-
Total	223 603,80	200 629,25	(185 689,21)	(238 543,84)	-

O valor ainda não usado a 31 de dezembro de 2023 das aquisições e doações de materiais e consumíveis dos utentes por serem exclusivamente para uso/consumo dos utentes e no caso dos bens alimentares serem de consumo quase imediato, a partir do exercício de 2023 deixaram de ser classificados na rubrica de “existências” passando a estar registados em “diferimentos” (nota 14.1).

9. Rédito

Durante os exercícios de 2023 e 2022 os réditos obtidos são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores	145,00	70,00
Serviço social - Centro acolhimento temporário	1 815 035,69	1 629 837,43
Total	1 815 180,69	1 629 907,43

Em 2023 os valores transferidos referentes aos acordos com a segurança social passaram a ser registados em prestação de serviços pelo motivo de não ser um serviço pontual ou de caráter extraordinário.

Os valores de 2022 foram reexpressos para apresentação das presentes demonstrações financeiras.

10. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos":

Descrição	2023	2022
Subsídios:		
Centro regional da Segurança Social	5 503,20	-
Autarquias	200,00	200,00
Ministérios	347 134,00	347 133,50
Outros	400,00	-
Total	353 237,20	347 333,50

11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2023 e 2022, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

11.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	8 230,45	9 236,43
Total	8 485,81	9 491,79

11.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 086,29	3 157,92
Total	1 086,29	3 157,92
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	11 056,25	13 332,35
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	34,68	-
Segurança Social	32 455,88	32 239,41
FCT e FGCT	-	268,10
Total	43 546,81	45 839,86

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2024.

11.3. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Clientes	26 871,98	20800,00
Ocréditos a receber		
Adiantamentos ao pessoal	5 485,00	2 554,40
Adiantamentos a Fornecedores gerais	3 301,48	24,75
Adiantamento de Fornecedores de investimentos	18 247,05	18 247,05
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas	30 984,67	8 121,73
Outros Devedores	56 260,70	37 647,14
Total	114 278,90	66 595,07

O montante em adiantamentos a fornecedores de imobilizado refere-se ao adiantamento à empresa "Entrepasto Almotor" para aquisição de viatura.

O variação em "receitas diferidas" deve-se essencialmente ao impacto do aumento da taxa de juro no acréscimos dos juros de depósitos bancários.

Handwritten signatures and initials: JSL, L, and others.

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	5 796,20	8 320,79
Depósitos à ordem	369 748,77	1 008 817,29
Depósitos a prazo	3 907 000,00	3 250 000,00
Total	4 282 544,97	4 267 138,08

11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
	Passivo	Passivo
Fornecedores c/c	45 624,77	46 319,97
Total	45 624,77	46 319,97

Referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação, na sua maioria com maturidade inferior a 30 dias.

11.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Pessoal:		
Remunerações a pagar	-	920,74
Fornecedores de Investimentos	8 525,20	11 546,63
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	225 684,42	208 030,59
Outros acréscimos de gastos	10 903,09	11 192,60
Outros credores	7 934,19	5 371,11
Total	253 046,90	237 061,67

4/3
JSL
JSL

12. Gastos com pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2022 e 2023 foi de "86" e "84", respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	1 543 637,39	1 464 277,59
Indemnizações	1 446,71	235,00
Encargos sobre as Remunerações	313 384,78	292 500,23
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	15 755,89	15 424,12
Outros Gastos com o Pessoal	50 662,38	38 992,11
Total	1 924 887,15	1 811 429,05

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão é parte numa ação judicial com o Instituto da Segurança Social, I.P. e está em fase de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação, conforme notas seguintes.

14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Materiais consumíveis utentes	245 915,08	-
Outros gastos a reconhecer	39 746,16	27 101,69
Total	285 661,24	27 101,69
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	3 509,84	3 379,40
Comparticipação CDSS 2023	-	67 879,90
Outros rendimentos a reconhecer	16 454,98	12 270,42
Total	19 964,82	83 529,72

Os "Gastos diversos a reconhecer" são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido é reconhecido em simultâneo como rendimento de donativo em espécie.

14.2. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

31 de dezembro de 2023

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 742 553,82	-	-	791 094,05	4 533 647,87
O. variações fundos patrimon.	834 859,85	-	(130 790,46)	-	704 069,39
Resultado do Exercício	791 094,05	824 518,08	-	(791 094,05)	824 518,08
Total	5 778 139,76	824 518,08	(130 790,46)	-	6 471 867,38

31 de dezembro de 2022

Descrição	Saldo em 01-12-2022	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2022
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 742 514,57	-	-	39,25	3 742 553,82
O. variações fundos patrimon.	836 688,68	-	(1 828,83)	-	834 859,85
Resultado do Exercício	39,25	791 094,05	-	(39,25)	791 094,05
Total	4 988 874,54	791 094,05	(1 828,83)	-	5 778 139,76

A rubrica "outras variações nos fundos patrimoniais", reflete a variação das entradas das doações ou a sua alienação, bem como a depreciação desses bens.

14.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Trabalhos especializados	60 763,39	27 905,31
Publicidade e propaganda	4 671,47	1 322,25
Honorários	80 102,03	90 391,38
Serviços bancários	1 654,84	1 710,83
Conservação e reparação	143 525,22	107 377,73
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21 794,02	23 192,63
Livros e documentação técnica	19,23	-
Material de escritório	8 936,63	10 830,98
Artigos para oferta	722,49	161,27
Outros serviços	6 929,24	5 827,91
Eletricidade	24 918,95	30 817,13
Combustíveis	28 277,93	32 623,72
Água	13 863,30	16 724,87
Gás	8 329,29	8 224,99
Deslocações, estadas e transportes	9 138,44	5 969,23
Comunicação	29 168,27	25 917,77
Seguros	5 869,11	6 076,32
Contencioso e notariado	100,22	78,02
Despesas de Representação	745,74	3 512,41
Limpeza, higiene e conforto	9 329,15	6 551,48
Encargos de saúde com utentes (Prod. Farmacia)	16 500,56	16 993,37
Outros	24 694,28	14 072,08
Total	500 053,80	436 281,68

Handwritten signatures and initials: LMB, JSL, and others.

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	53 190,34	44 976,30
Consignação de IRS	235 688,29	233 209,63
Outros rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	38,47	-
Reembolso de FCT	94,82	-
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	480 800,00	6 451,86
Rendas de imóveis	83 001,56	77 839,80
Correções relativas a períodos anteriores		375,17
Depreciação de Activos Fixos Doados		6 162,83
Benefícios de penalidades contratuais	5 716,83	-
Donativos em espécie	104 594,27	85 262,66
Donativos monetários	379 298,14	931 380,54
Processos de tribunal	21 410,00	4 830,00
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	43 601,32	1 387,47
Outros	4 904,60	3 142,39
Total	1 412 338,64	1 395 018,65

A variação no valor da alienação deve-se à alienação do apartamento "Victory Village".

14.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	3 161,31	2 821,38
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:		
Abates	-	307,04
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	7 612,44	2 098,05
Donativos	167,80	45,20
Quotizações	1 877,68	1 829,43
Apoio pecuniário a carenciados	2 425,00	4 036,00
Apoio em espécie	212,80	1 141,95
Outros não especificados	7072,66	3 643,21
Juros de mora e compensatórios	3,65	-
Total	22 533,34	15 922,26

14.6. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

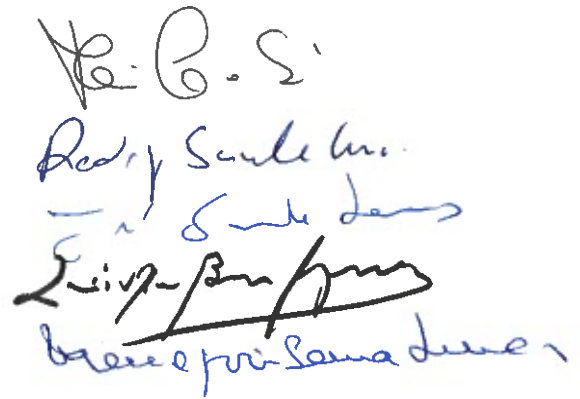
A direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2023 seja transferido para resultados transitados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 22 de fevereiro de 2024.

O Contabilista Certificado



A Direção



Handwritten signatures and names of the Board members, including "P. B. S.", "Pedro Santos", "Luís B. Santos", and "Luís B. Santos".